

Bresser anuncia acordo para refinanciar juros sem FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, anunciou ontem que o Brasil conseguiu realmente que o acordo de refinanciamento dos juros, no triênio 1987/89, seja acertado com os bancos privados credores do País sem que esteja vinculado a um acordo "stand by" com o Fundo Monetário Internacional (FMI), previamente.

Informou, porém, que no "statement" (protocolo prévio de entendimento) para a negociação multianual, que sairá dessas conversações do assessor especial, Fernão Bracher, com o comitê de assessoramento dos bancos internacionais, em Nova York, estará escrito que o Brasil procurará chegar a um acordo formal com o FMI

após acertado o refinanciamento com os bancos privados.

"Essa desvinculação é uma conquista histórica", disse o ministro da Fazenda, após encontrar-se com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada, ontem à noite, sublinhando que nesse protocolo prévio, que ele e o próprio comitê enviarão sob forma de telegrama aos setecentos bancos credores, estará mencionado que os bancos se comprometerão a "autorizar a conversão da dívida em títulos, no futuro", o que, conforme ele, "será um grande avanço".

As negociações não estão concluídas, e o ministro da Fazenda explicou que elas estão esbarrando em aspectos importantes para o Brasil. Uma das questões pendentes refere-se a como o País regularizará seus

compromissos com os bancos privados no período janeiro/julho de 1988.

Já está definido, segundo Bresser Pereira, que o Brasil fará um depósito de US\$ 500 milhões, no dia 30 de novembro, no Banco de Compensações Internacionais (BIS) da Suíça. A segunda parcela do pagamento, equivalente a US\$ 1 bilhão, deverá ser depositada somente em meados de janeiro, quando o governo brasileiro deverá ter concluído as negociações com o comitê dos bancos em torno do acordo para 1987/89.

Ocorre que, como no cronograma dos bancos esse acordo multianual somente estará assinado pelos setecentos bancos credores em julho do ano que vem, não se sabe como o Brasil continuará pagando os juros de janeiro a julho de 1988. "Se não tivermos financiamento nesse período, não pagaremos com recursos das nossas reservas cambiais", afirmou o ministro da Fazenda à editora Elaine Lerner, deste jornal, na porta de sua residência, na Península dos Ministérios, por volta de 22 horas. Lá, reuniu-se com o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, na presença de um "amigo", como identificou o próprio ministro da

Fazenda. Pouco antes, o "amigo" fora recebido na Base Aérea de Brasília pelo chefe do cerimonial do Palácio do Planalto, Júlio Cesar, que também participou da reunião.

Diante de indefinições dessa natureza — como pagar os juros no primeiro semestre de 1988 —, o ministro não considera que os dois depósitos no valor total de US\$ 1,5 bilhão, que serão feitos no BIS, representem o fim da moratória. O governo brasileiro não poderá utilizar os US\$ 3 bilhões que os bancos credores também depositarão na Suíça para pagar juros. "Para acabar com a moratória ainda teremos de fazer muito esforço", comentou o ministro a este jornal. Ele disse também que no protocolo prévio de entendimento estará mencionado que os bancos se comprometerão a autorizar, "no futuro", a conversão da dívida em títulos.

Numa rápida conversa com os parlamentares do PMDB, do grupo de economia, em seu gabinete, pouco antes de ser chamado pelo presidente da República, o ministro confirmou os termos básicos do acordo, que pode ser assinado nas próximas horas por Bracher, em Nova York.